

Transtorno Mental Comum (TMC) em estudantes de Terapia Ocupacional de uma universidade brasileira

Common Mental Disorder (CMD) in occupational therapy students at a Brazilian university

Laura Matias da Silva^{1*}, Keise Bastos Gomes da Nóbrega ¹, Ivo de Andrade Lima Filho ², Marina Araújo Rosas ³, Vera Lucia Dutra Facundes ⁴, Rayssa Béder César Paiva ⁵, Manuela Martins da Silva ⁶

RESUMO

Diversas formas de sofrimento psíquico têm sido identificadas entre estudantes da área da saúde entre eles os Transtornos Mentais Comuns (TMC), caracterizados por sintomas de depressão e/ou ansiedade. O objetivo foi descrever o perfil, vivências acadêmicas e prevalência o Transtorno Mental Comum em estudantes de Terapia Ocupacional. Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo de corte transversal, com estudantes do 2º, 3º, 7º e 8º períodos do curso de Terapia Ocupacional de uma Universidade Pública da Região Nordeste do Brasil. Utilizou-se um questionário elaborado pelas pesquisadoras e o SRQ-20 para a identificação do TMC. A prevalência total de TMC foi de 65,3%, maior percentual encontrado nos estudantes com até 20 anos de idade ($p=0,04$), que moram com outros familiares, cotistas, do 8º período e os que utilizam até 40 horas semanais para as atividades acadêmicas ($p=0,01$). A identificação com o perfil do curso e o desejo de permanecer no mesmo são aspectos positivos na adaptação ao ambiente acadêmico. Sugere-se mais investigações e ações preventivas sobre a ocorrência e relação que os transtornos mentais estabelecem com os estudantes de Terapia Ocupacional.

Palavras-chave: Estudantes de Ciências da Saúde; Terapia Ocupacional; Transtornos Mentais.

ABSTRACT

Several forms of psychological distress have been identified among health care students, including Common Mental Disorders (CMD), characterized by symptoms of depression and/or anxiety. The objective was to describe the profile, academic experiences and prevalence of Common Mental Disorder in Occupational Therapy students. This is a quantitative, descriptive, cross-sectional study with students from the 2nd, 3rd, 7th and 8th periods of the Occupational Therapy course at a Public University in the Northeast Region of Brazil. A questionnaire developed by the researchers and the SRQ-20 were used to identify the TMC. The total prevalence of CMD was 65.3%, the highest percentage found in students aged up to 20 years ($p=0.04$), who live with other family members, quota students, from the 8th period and those who use up to 40 hours weekly for academic activities ($p=0.01$). Identification with the profile of the course and the desire to remain in it are positive aspects in adapting to the academic environment. Further investigations and preventive actions are suggested on the occurrence and relationship that mental disorders establish with Occupational Therapy students.

Keywords: Health Science Students; Occupational therapy; Mental Disorders.

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

*E-mail: lauramatias.to@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A juventude é uma “fase da vida” de confronto com muitas mudanças e novos compromissos que suscitam questões que vão desde as transformações físicas até o aumento das obrigações que os jovens devem assumir na vida adulta, é um período de transição, onde, socialmente, espera-se a assunção de responsabilidades (OLIVEIRA, 2016).

O ensino superior, para muitos jovens, pode ser visto como possibilidade de ascensão social condicionada aos estudos e estabilidade financeira, que permitirá adquirir bens materiais, por meio da obtenção do diploma e a conquista de um bom emprego. Mesmo para aqueles de baixa renda familiar, hoje, o acesso ao curso superior, é possível através dos programas de bolsas e crédito educativo (TOMAZ; ROCHA; FERNANDES, 2017). Somam-se a essas questões às mudanças vivenciadas no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) nos últimos anos, no sentido de garantir a ampliação e a democratização do acesso, agregando outros elementos a vida acadêmica dos jovens.

O vestibular foi utilizado por muitos anos como única forma de seleção, com a criação de outras modalidades de ingresso, na tentativa de universalizar a forma de acesso à Educação Superior, são ofertadas vagas na Educação Superior pública e privada via programas do governo (FELICETTI; CABRERA, 2017). A Lei nº 12.711, também chamada de Lei de Cotas, foi sancionada em 29 de agosto de 2012, e determina a reserva de cinquenta por cento (50%) das vagas das instituições federais de ensino superior para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

Mesmo com os esforços do Governo Federal na tentativa de democratizar o sistema educacional de ensino superior brasileiro, Santos e Freitas (2014, p. 184), afirmam que o direito a educação deve ser assegurado pelo Estado por meio de políticas públicas inclusivas, que não se limitem ao acesso à universidade, mas também, possibilidades efetivas de permanência, superando as barreiras que geram altos índices de evasão e retenção de estudantes.

De acordo com Guimarães (2011 apud PORTO; SOARES, 2017, p. 14) os estudantes que ingressam no Ensino Superior se deparam com situações novas e desafiadoras, como a dificuldade de adaptação a universidade, deslocar-se de suas cidades, se distanciando dos familiares e também dos amigos, as relações pessoais e interpessoais com os novos colegas e professores, o próprio ambiente acadêmico e

mudanças do processo de ensino. Todos esses indicadores, evidenciam a pertinência das universidades reavaliarem suas políticas e ações de acompanhamento da adaptação de estudantes ao longo do período acadêmico, considerando os aspectos pessoais e sociais, identificação com o curso e com a instituição (OLIVEIRA, 2015).

Pensando nisso, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), em 2010, implementou uma pesquisa com estudantes de graduação presencial das universidades federais brasileiras. De acordo com essa pesquisa 43% dos estudantes apontaram dificuldades de adaptação a novas situações envolvendo, adaptação à cidade, à moradia, ou separação da família, enquanto 47,7% dos entrevistados relataram ter vivenciado crise emocional nos últimos 12 meses. Os prejuízos decorrentes de problemas emocionais foram: falta de motivação para estudar ou dificuldades de concentração (61%), baixo desempenho acadêmico (48%), reprovações (31%), trancamentos de disciplinas (16%), mudança de curso (6%), risco de ser jubilado (6%) e trancamento geral (5%). Dentre os estudantes, 29% já procurou atendimento psicológico, 9% já procurou atendimento psiquiátrico, 11% já tomou ou está tomando medicação psiquiátrica e 10% procurou atendimento psicopedagógico.

É sabido que os estudantes universitários são vulneráveis ao sofrimento psíquico e desenvolvimento de transtornos mentais devido a inúmeros fatores (CASTRO, 2017), uma vez que vivenciam altos níveis de estresse, com manifestações psicológicas e fisiológicas (BENAVENTE; COSTA, 2011 apud CARLETO *et al.*, 2018).

De acordo com Silva (*et al.*, 2019), configura-se Transtorno Mental Comum (TMC) aqueles que apresentam sintomas não psicóticos, caracterizados por insônia, esquecimento, irritabilidade, fadiga e queixas somáticas (cefaleia, tremores, entre outros), o qual causa impactos significativos nos relacionamentos e qualidade de vida dos que o possuem. Gomes (*et al.*, 2020), avalia que os transtornos mentais comuns em estudantes universitários se baseiam, muitas vezes, na sobrecarga, vida dupla e pressão acadêmica, levando a apresentar sintomas referentes ao transtorno.

Considerando esse cenário de desafios no interior das IES (entrada de jovens; perfil dos jovens que estão entrando; mudanças do processo de ensino; dificuldades de adaptação; interferências no processo de aprendizagem; sofrimento psíquico), compreende-se que a ocorrência de TMC pode influenciar negativamente o desempenho acadêmico dos estudantes universitários. Particularmente, o curso de Terapia Ocupacional tem os campos da saúde e social como os mais relevantes e, portanto,

trabalhar nesses campos exige de seus profissionais habilidades e competências para lidar com o sofrimento, doenças e situações de extrema vulnerabilidade. Nesse sentido, aprender a cuidar passa pelo processo de cuidar de si e a Universidade precisa se preocupar com o cuidado de sua comunidade. Tendo isto, o objetivo deste trabalho foi descrever o perfil, vivências acadêmicas e prevalência o Transtorno Mental Comum em estudantes de Terapia Ocupacional.

MÉTODO

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo de corte transversal. Estudos descritivos têm como escopo apenas a descrição detalhada e organizada de um ou mais fenômenos. O desenho de corte transversal tem utilidade em estudos nos quais se pesquisam relações do tipo causa e efeito, que buscam, ao menos preliminarmente, analisar as relações entre fatores de risco, fatores determinantes e o que se supõe serem suas consequências ou efeitos (RAIMUNDO; *et al.*, 2018).

O estudo foi o realizado com estudantes de um curso de Terapia Ocupacional localizado em uma Universidade Pública da Região Nordeste do Brasil. Foram selecionados estudantes do 2º, 3º, 7º e 8º períodos, identificados mediante frequência de matrícula disponibilizada pela coordenação do curso. Os períodos foram selecionados considerando a literatura que aponta como períodos mais críticos para os estudantes a entrada na Universidade e a finalização do curso (PINHO; TUPINAMBÁ; BASTOS, 2016; AGUDO, 2008). Excluíram-se os do primeiro período devido a pouca vivência acadêmica dos mesmos. Além disso, o tempo disponível para a coleta de dados não permitiu expandir para o universo de 143 estudantes matriculados no semestre letivo.

Foram incluídos os estudantes devidamente matriculados e adimplentes em, pelo menos, 70% das disciplinas correspondentes aos períodos selecionados do curso. E excluídos os que estiveram em acompanhamento especial de acordo com a resolução CCEPE 6/2014 - Regulamenta, no âmbito da UFPE, o regime especial de exercícios domiciliares previsto no Decreto-Lei nº 1.044/69 e na Lei nº 6.202/75, para os estudantes com afecções que impeçam sua frequência às aulas e para as estudantes em estado de gestação no período da coleta.

Para a coleta dos dados sociodemográficos, vivências acadêmicas, da infância e/ou adolescência e tratamento psíquico, foi aplicado um questionário elaborado pelas pesquisadoras (APÊNDICE A), e para a identificação do Transtorno Mental Comum foi aplicado o Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) (ANEXO 2). Este instrumento sugere

nível de suspeição (presença ou ausência) de algum transtorno mental, mas não discrimina um diagnóstico específico. Por este caráter de triagem, é bastante adequado para estudos de populações, sendo muito útil para uma primeira classificação de possíveis casos e não casos (SANTOS, *et al.*, 2010).

A versão em português do SRQ constitui-se de 20 perguntas para investigar morbidade não psicótica. São considerados aspectos positivos na utilização do SRQ-20 o fato de ser de fácil compreensão, rápida aplicação, baixo custo e ser um instrumento padronizado internacionalmente, alcançando níveis de desempenho aceitáveis no tocante à sensibilidade, especificidade e valores preditivos (BORGES; MEDRADO, 1993).

As alternativas de respostas são do tipo sim ou não, pontuando com o valor 1 para compor o somatório do escore final que estão relacionados com a probabilidade de presença de transtorno não-psicótico, variando de 0 (nenhuma probabilidade) a 20 (extrema probabilidade), foi adotado o ponto de corte 7/8, independente de sexo, que, de acordo com Gonçalves, Stein e Kapczinski (2008), tem sua sensibilidade para presença de transtorno mental não-psicótico de 86,33% e a especificidade de 89,31%, com valores preditivos positivo e negativo de 76,43% e 94,21%, respectivamente. E por ser o mesmo utilizado em outras pesquisas na área (CARLETO *et al.*, 2018; SILVA; CERQUEIRA; LIMA, 2014; KASPPER; SCHERMANN, 2014; SILVA; COSTA, 2012)

A coleta ocorreu durante o mês de novembro de 2017, em sala de aula, após a apresentação dos objetivos da pesquisa. Aos que desejaram participar do estudo foi disponibilizado o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), cópia do SRQ-20 e do questionário para preenchimento individual.

Para análise dos dados foi realizada codificação dos instrumentos e dupla entrada dos dados no programa EpiInfo versão 3.5.4., exportados para o PASW Statistics 18 (SPSS) e realizado as frequências absolutas, estratificações e verificação das associações entre as variáveis investigadas através dos testes Qui-quadrado e exato de Fischer.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com número CAAE 78737317.1.0000.5208, número do parecer 2.361.895 e data da relatoria do parecer consubstanciado de 1 de novembro de 2017, o que significa que, na fase de Procedimentos de Coleta e Análise de dados, o cumprimento das regras previstas sobre abordagem aos participantes voluntários bem como a assinatura de termos destes e da instituição foram corretamente realizados antes das entrevistas.

RESULTADOS

De um total de 66 estudantes identificados, 13 foram excluídos pelos critérios estabelecidos para o estudo, de maneira que 53 foram convidados a participar da pesquisa. Destes, 77,3% (N=51) foram incluídos no estudo e 2 (3,3%) recusaram-se a participar.

Os resultados foram apresentados nas tabelas, dispostos em números absolutos e porcentagens de todas as variáveis e suas respectivas distribuições em relação aos casos positivos de TMC. A última coluna das tabelas representa o valor de P, demonstrando significância estatística das variáveis relacionadas com o TMC (admitido P-valor $\leq 0,05$). As alternativas das variáveis que foram ignoradas ou não respondidas pelos participantes não foram incluídas nas tabelas.

Observou-se que a prevalência total de TMC foi de 65,3%, ou seja, 32 estudantes são casos positivo para TMC. A distribuição de TMC por variável está descrita nas tabelas 1 a 4.

De acordo com as variáveis demográficas e socioeconômicas (Tabela 1), o perfil dos estudantes participantes se caracterizou como sendo do sexo feminino (96,1%), na faixa etária entre 21 até 26 anos de idade (54,9%), solteiros (96,1%), procedentes da Região Metropolitana do Recife (64,7%), residentes com os pais (72,5%) e sem renda própria (54,9%). Dos 45,1% que possuem renda própria a obtêm por meio do programa de assistência estudantil, apenas 8,7% dos beneficiados participantes deste estudo mantêm-se exclusivamente com essa renda e 90,5% dependem da ajuda financeira dos pais.

Nesse grupo de variáveis o TMC seguiu a mesma tendência de distribuição, com exceção da idade, cujo maior percentual (81,0%) foi encontrado nos estudantes com até 20 anos de idade, e os que moram com outros familiares (70,0%). Foi observada associação estatística significativa entre TMC e a variável faixa etária ($p=0,04$).

Tabela 1: Distribuição da população estudada segundo as características sociodemográficas e econômicas, frequências e associações com TMC. Recife-PE, 2017.

Variáveis	N	Casos	%	P – valor
	(51)	TMC	(65,3)	
	%	(32)		

Sexo						
Feminino	49	96,1	30	63,8	0,53	
Masculino	02	3,9	2	100,0		
Faixa etária						
Até 20 anos	23	45,1	17	81,0	0,04	
De 21 a 26	28	54,9	15	53,6		
Estado Civil						
Casado	02	3,9	1	50,0	1,00	
Solteiro	49	96,1	31	66,0		
Procedência						
Recife/RMR (Região Metropolitana do Recife)	33	64,7	23	71,9	0,18	
Outra região de PE	18	35,3	9	52,9		
Mora com						
Pais	37	72,5	23	65,7		
Outros familiares	10	19,6	7	70,0	0,78	
Outros (casa do estudante, amigos, república)	04	7,8	2	50,0		
Possui renda própria?						
Sim	23	45,1	12	54,5	0,15	
Não	28	54,9	20	74,1		
Se sim, qual? (N=23)						
Bolsa temporária e/ou auxílio financeiro	23	100,0	12	54,5	0,15	
Se mantém financeiramente exclusivamente com sua renda? (N=23)						
Sim	02	8,7	0	0,0	0,10	
Não	21	91,3	12	60,0		
Se não, depende de ajuda de quem? (N=21)						

Pais	19	90,5	12	66,7	0,19
Outros	02	9,5	0	0,0	

Fonte: Silva *et al.* (2020).

Quanto à distribuição por vivências acadêmicas (Tabela 2), observamos que as maiorias dos estudantes participantes da pesquisa ingressaram na universidade no ano de 2016 (25,5%), pela modalidade de ampla concorrência (58,8%). Em relação ao período acadêmico houve uma distribuição equitativa, com pequena predominância dos alunos situados no 7º período (31,4%). A respeito da escolha pelo curso, 86,3% fizeram essa opção devido a identificação com o perfil do curso, 92,2% não mudariam de curso e 64,7% participaram apenas de um processo seletivo para ingresso no curso de Terapia Ocupacional. Com relação à carga horária semanal de atividades acadêmicas (incluindo aula, projeto de extensão, monitoria, iniciação científica), 58,8% dos estudantes utilizam até 40 horas semanais para essas atividades, 92,2% sentem-se sobrecarregados e 66,7% apontaram a carga horária como sendo a principal fonte de tensão no curso.

Tabela 2: Distribuição da população estudada segundo vivências acadêmicas econômicas, frequências e associações com TMC. Recife-PE, 2017.

Variáveis	N (51)	%	Casos TMC (32)	% (65,3)	P – valor
Ano de ingresso no curso atual					
2012	3	5,9	2	66,7	0,70
2013	11	21,6	8	72,7	
2014	12	23,5	6	50,0	
2016	13	25,5	10	76,9	
2017	11	21,6	6	66,7	
Modalidade de acesso					
Ampla concorrência	30	58,8	20	66,7	0,78
Cotista	19	37,3	12	70,6	

Período					
2°	11	21,6	6	66,7	
3°	13	25,5	10	76,9	0,09
7°	16	31,4	7	43,8	
8°	10	19,6	9	90,0	
Motivo de escolha do curso*					
Identificação com o perfil do curso	44	86,3	28	66,7	1,00
Não se sentia capaz de ser aprovado em outro curso de preferência	3	5,9	1	33,3	0,25
Reprovação em vestibular de outro curso	5	9,8	3	75,0	1,00
Perspectiva de campo de trabalho em expansão	8	15,7	4	50,0	0,41
Influência de familiares	4	7,8	3	75,0	1,00
Mudaria de curso					
Sim	2	3,9	1	50,0	1,00
Não	47	92,2	30	63,8	
Quantos processos seletivos realizou para ingressar no curso atual					
1	33	64,7	21	63,6	0,37
2	11	21,6	8	72,7	
3 ou mais	5	9,8	3	60,0	
Carga horária semanal de atividades acadêmicas					
Até 30h	20	39,2	9	47,4	0,01
Até 40h	30	58,8	23	79,3	
Considera que há sobrecarga de atividades acadêmicas?					
Sim	47	92,2	29	64,4	0,54

Não	03	5,9	3	100,0	
Maior fonte de tensão no curso					
Carga horária de atividades acadêmicas	34	66,7	20	62,5	0,36
Exigência nas avaliações	10	19,6	7	70,0	0,19
Relacionamento com os colegas	1	2,0	1	100,0	0,25
Apresentação de trabalho/seminário	3	5,9	3	100,0	0,12
Aulas práticas com pacientes	6	11,8	4	66,7	0,38

Fonte: Silva *et al.* (2020).

* Esta variável permitia a escolha de mais de uma opção

Em relação à distribuição do TMC nesse grupo de variáveis, destaca-se maior percentual entre os estudantes que acessaram a universidade através do sistema de cotas (70,6%), os que estão cursando o 8º período (90,0%) e os que utilizam até 40 horas semanais para as atividades acadêmicas (79,0%), esta variável demonstrou associação estatística com TMC ($p= 0,01$).

Tabela 3: Distribuição da população estudada segundo situações vivenciadas na infância e/ou adolescência, frequências e associações com TMC. Recife-PE, 2017.

Variáveis	N (51)	%	Casos TMC (32)	% (65,3)	P – valor
Identifica algumas das questões citadas					
abaixo	38	76,0	25	59,4	
Sim	12	24,0	7	58,3	0,50
Não					
Alguma doença que tenha prejudicado a sua convivência com outras pessoas da mesma idade;					
Sim	02	4,0	01	50,0	
Não	48	96,0	31	67,4	1,00

Reprovação escolar;

Sim	04	8,0	2	50,0	0,59
Não	46	92,0	30	68,2	

Dificuldade em fazer amigos;

Sim	07	14,0	6	85,7	0,15
Não	43	86,0	26	61,9	

Dificuldade para tirar dúvidas em sala de aula, por timidez;

Sim	22	44,0	13	59,1	0,30
Não	28	56,0	19	73,1	

Presença de medos que prejudicaram o rendimento escolar ou o relacionamento com os colegas;

Sim	12	24,0	12	100,0	0,04
Não	38	76,0	20	55,6	

Dificuldades frequentes para dormir;

Sim	06	12,0	4	66,7	1,00
Não	44	88,0	28	66,7	

Desconforto físico relacionado as provas ou apresentação de seminários, trabalhos, etc.;

Sim	19	38,0	13	72,2	0,52
Não	31	62,0	19	63,3	

Dificuldade em se relacionar com pessoas que representem autoridade;

Sim	06	12,0	4	80,0	0,65
Não	44	88,0	28	65,1	

Dificuldade de relacionamento com os pais com repercussão no seu dia a dia;

Sim	11	22,0	7	77,8	0,69
Não	39	78,0	25	64,1	

Presença frequente dos pais ou responsáveis na escola por questões ligadas ao seu comportamento;					
Sim	03	6,0	2	66,7	1,00
Não	47	94,0	30	66,7	
Dificuldade para conciliar os estudos com lazer ou outras atividades;					
Sim	17	34,0	12	75,0	0,38
Não	33	66,0	20	62,5	

Fonte: Silva *et al.* (2020).

A tabela 3 refere-se às situações vivenciadas na infância e/ou na adolescência, as quais 76% dos participantes identificaram algumas dessas situações. Entre essas, as mais citadas foram ter vivenciado dificuldades para tirar dúvidas em sala de aula, por timidez (44%); ter sofrido desconforto físico relacionado as provas ou apresentação de seminários, trabalhos (38%) e 34% sentiam dificuldades em conciliar os estudos com atividades de lazer ou outra atividade. A questão referente à presença medos que prejudicaram o rendimento escolar ou o relacionamento com os colegas (24%) demonstrou associação estatística com TMC ($p=0,04$).

Quando investigado tratamento psicológico ou psiquiátrico (tabela 4) anteriores ao momento da coleta 9,8% e 18,8% afirmam que já fizeram tratamento psiquiátrico medicamentoso e psicoterápico, respectivamente, em algum momento de sua vida. Quando questionado sobre acompanhamento profissional de saúde mental no momento da coleta, 7,8% afirmam que estavam em tratamento psiquiátrico medicamentoso, e 11,8% afirmaram estarem em tratamento psicoterápico. Em relação ao serviço de saúde mental oferecido pela universidade, 45,1% afirmaram conhecer os serviços de saúde mental, porém, apenas 4,3% já o acessou. Nenhum desses resultados apresentou associação estatística significativa com o TMC.

Tabela 4: Distribuição da população estudada segundo tratamento psíquico e/ou psiquiátrico, frequências e associações com TMC. Recife-PE, 2017.

Variáveis	N	%	Casos	%	P – valor
	(51)		(32)	(65,3)	

Está em tratamento psiquiátrico						
Sim	4	7,8	3	75,0	1,00	
Não	47	92,2	29	64,4		
Já se submeteu a tratamento psiquiátrico						
Sim	5	9,8	3	60,0	1,00	
Não	46	90,2	29	65,9		
Está em tratamento psicoterápico						
Sim	6	11,8	4	66,7	1,00	
Não	45	88,2	28	65,1		
Já se submeteu a tratamento psicoterápico						
Sim	9	18,8	7	77,8	0,45	
Não	39	81,3	22	59,5		
Conhece os serviços de saúde mental oferecidos pela universidade						
Sim	23	45,1	16	69,6	0,42	
Não	27	52,9	16	64,4		
Já acessou (N=23)						
Sim	1	4,3	0	0,0	0,32	
Não	22	95,7	16	72,7		

Fonte: Silva *et al.* (2020).

DISCUSSÃO

A prevalência de TMC de 65,3% nos estudantes participantes desta pesquisa é considerada alta quando comparada a outras pesquisas envolvendo estudantes de cursos

da área da saúde. O estudo realizado por Silva (*et al.*, 2019), direcionado para estudantes de Enfermagem obteve uma prevalência de 41% de prevalência para TMC. Outros estudos utilizando o SRQ-20, direcionados para estudantes universitários também encontraram altos índices de TMC, como na pesquisa realizada por Gomes (*et al.*, 2020), onde 39,9% apresentaram escore classificativo. Outro estudo que pesquisou só acadêmicos de Medicina encontrou 32,2% (SANTOS *et al.*, 2017), outro estudo com estudantes do curso de Enfermagem (CARLETTO *et al.*, 2018) encontrou o indicativo para TMC de 43,5%. Se avaliarmos os resultados, observamos uma consonância da prevalência de TMC com o passar dos anos.

Um estudo realizado por Arantes (2018), utilizando o SRQ-20, relacionando a qualidade de vida e transtorno mental comum em estudantes universitários dos cursos de graduação em Biomedicina, Educação física, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Terapia Ocupacional, obteve o curso de Terapia Ocupacional com prevalência de 56% de indivíduos apresentando casos positivos de TMC, o maior índice entre os cursos incluídos na pesquisa.

O perfil predominante de estudantes jovens com até 26 anos de idade, do sexo feminino, solteiras e residentes com seus familiares, está de acordo com o perfil dos estudantes de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba no estudo de Porciúncula (2015) e com o perfil encontrado em outros estudos com estudantes do curso de Terapia Ocupacional (SILVA, 2018; CARVALHO, 2018).

Embora o sexo não seja determinante no desenvolvimento do TMC, vários estudos descrevem maior prevalência em estudantes do sexo feminino (FIOROTTI *et al.*, 2010; SILVA; COSTA, 2012; SILVA; CERQUEIRA; LIMA, 2014; BARBOSA, 2016; SANTOS *et al.*, 2017). Constantinidis e Matsukura (2021) sugerem maior contextualização e aprofundamento sobre as questões do feminino, com as questões de gênero e seus significados na saúde mental e percursos de vida, incluindo papéis ocupacionais, uma vez que estudantes do sexo masculino apresentam menor risco de sofrimento psíquico de acordo com Bonsaksen (2015).

A opção de ingresso através do sistema de cotas apresentou maiores índices de TMC em relação aos estudantes que ingressaram pela ampla concorrência. Leva-se em consideração que os estudantes que acessam o ensino superior através da modalidade de cotas são advindos de escolas públicas que por muitas vezes possuem poucos recursos

para o ensino (MENIN; *et al.*, 2008), o que pode gerar um processo de dificuldade de adaptação a um sistema educacional mais exigente e desafiador.

Além disso, os estudantes concluintes que estavam no 8º período também apresentaram maior indicativo para TMC (90%), esta fase se caracteriza por sua transição da vida acadêmica para o mercado de trabalho que implica em um processo desafiante, que exige adaptação às complexas tarefas no domínio social, relacional, vocacional e emocional, além do fato da preocupação com a conquista de uma vaga no mercado de trabalho, levando em consideração que ao longo dos últimos anos o percentual de diplomados que conseguem um emprego logo após o término do curso ter diminuído (SAMSSUNDIN; BARROS, 2011). O estudo de Sanches, Silva e Silva (2018) também reforça esta questão quando aponta que 84% dos estudantes concluintes do curso de Terapia Ocupacional se enquadram dentro de alguma das fases do estresse: alerta, resistência ou exaustão.

Por outro lado, a identificação com o perfil do curso e o desejo de permanecer no mesmo foram aspectos relevantes nas vivências acadêmicas, refletindo a satisfação em relação às expectativas sobre o curso. Estas questões podem ser relacionadas como um fator positivo no processo de adaptação e identificação com o projeto profissional dos graduandos.

Sobre as variáveis que demonstraram associação estatística ao TMC tem-se que os estudantes com até 20 anos ($p=0,04$) foram os mais sugestivos, sugerindo que os mais jovens estão mais expostos a situações de sofrimento psíquico, corroborando com os dados encontrados por Souza (*et al.*, 2017), por se tratar de um período de instabilidade emocional, mudanças físicas e psicossociais, transição para o mundo adulto (AVANCI *et al.*, 2007). Soma-se a esse fato, o ingresso no ensino superior e suas implicações já discutidas.

Os estudantes que apontaram sensação de sobrecarga em relação à carga horária de atividades acadêmicas de até 40 horas semanais ($p=0,01$) também foram considerados casos positivos de TMC, sendo essa a principal fonte de tensão no curso.

Segundo Olmo (*et al.*, 2012), os cursos de saúde, por terem sua carga horária integral, requerem maior dedicação e esforço dos alunos, acarretando em comprometimento da vida social e bem-estar físico, afetando a qualidade de vida. Monteiro-Marin (*et al.*, 2011) pesquisou a prevalência de Síndrome de Burnout em

estudantes de Odontologia e verificou que aqueles que estudavam mais de 40 horas por semana obtiveram maior sobrecarga com relação a síndrome.

Dada à natureza transversal do estudo, em que não é possível definir a relação temporal entre exposição e doença, não podemos afirmar que as associações nele observadas são de natureza causal. Todavia, na tentativa de minimizar esses efeitos, pesquisamos histórias sugestivas de sofrimento psíquico anteriores ao momento do estudo, através da existência de tratamentos medicamentosos ou psicoterápicos, e da presença de situações indicativas durante a infância e adolescência.

A existência de associação entre TMC e situações vivenciadas na infância e/ou adolescência ($p=0,04$), sugere que a prevalência desse transtorno não se deve apenas as situações mais atuais do cotidiano dos sujeitos pesquisados, quando constamos nesse conjunto de variáveis a vivência de medos prejudiciais ao rendimento escolar ou o relacionamento com os colegas na infância e/ou adolescência. No entanto, não se observou histórias anteriores de tratamentos relacionados aos transtornos mentais que possam estar associados a situação atual dos estudantes.

Mesmo compreendendo que algumas situações anteriores podem continuar interferindo na condição de saúde mental dos estudantes durante a vida universitária, e que o percurso metodológico adotado não permitiu fazer inferências de ordem causal, salientamos que, em consonância com a literatura, o sentimento de sobrecarga gerado pelas atividades acadêmicas e o tempo dedicado as mesmas pode levar a exposição ao estresse, aumentar níveis de depressão e ansiedade, e conseqüentemente interferir na qualidade de vida dessa população.

Têm aumentado os estudos referentes às condições de saúde mental dos acadêmicos de Terapia Ocupacional. Entre os encontrados na literatura, Cavestro e Rocha (2006) pesquisaram a prevalência de depressão em estudantes de Medicina, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, verificou que os estudantes de Terapia Ocupacional possuem 3,6 vezes mais chances de desenvolverem depressão e 3,7 vezes mais chances de risco de suicídio, além da prevalência de episódios depressivos maior de 28,2%, a mais elevada em comparação aos demais cursos. Um estudo de revisão de escopo realizado por Constantinidis e Matsukura (2021) concluiu que estudos apontam as estudantes de terapia ocupacional como mais afetadas em sua saúde mental, se comparadas a estudantes de outras áreas da saúde e aponta a carga horária de colocações práticas de 1000 horas no

decorrer do curso e a imersão dos no campo de estágio como fonte de estresse e sofrimento psíquico entre os estudantes.

O estudo de Porciúncula (2015) evidenciou que, em relação ao sono, 55% dos estudantes de Terapia Ocupacional percebem a qualidade do sono como ruim ou muito ruim e 73,83% consideram insuficientes suas horas de sono.

A mesma autora afirma que por se tratar de um curso em período integral, o estudante requer mais tempo de dedicação as atividades acadêmicas, tendo que dividir-se entre o período que passam na universidade e as atividades acadêmicas que são desenvolvidas em casa, dessa forma o tempo para a realização de outras atividades tem de ser reorganizado, sendo o sono um dos mais afetados, pois muitas vezes o tempo dedicado a ele é um dos primeiros a ser diminuído.

Diante desses fatos pode-se levar em consideração que os profissionais da Terapia Ocupacional possuem um olhar humanizado sobre o sofrimento e subjetividade do outro, o que pode facilitar a identificação do seu próprio sofrimento. Além de que, saber lidar com essas questões, sem que isso interfira nas suas emoções, é um processo construído diariamente que para os alunos da graduação ainda pode ser difícil devido a imaturidade emocional que acompanha alguns jovens na faixa etária do ingresso ao ensino superior, somando-se a todas as questões inerentes ao processo de adaptação acadêmica.

Nesse sentido, reafirmamos a importância de ações de apoio a saúde mental aos estudantes das universidades, com investimento no acompanhamento psicológico, visando garantir o acesso aos que procuram, além de identificar aqueles que necessitam de um acolhimento diferenciado mais ainda não acessaram os serviços. Levando em consideração que o sofrimento psíquico prejudica o desempenho acadêmico, influenciando o processo de formação profissional e pessoal, que vai de encontro a missão social das universidades de contribuir na formação dos sujeitos.

CONCLUSÃO

Considerando os objetivos deste estudo podemos concluir que a prevalência de TMC foi considerada elevada nos estudantes de Terapia Ocupacional, principalmente quando comparado aos resultados de outros estudos com estudantes universitários. A carga horária de atividades acadêmicas e a faixa etária foram variáveis que estiveram mais relacionadas com o TMC, contudo, não devem ser consideradas efeitos causais, uma vez que problemas de saúde mental são multifatoriais, ou seja, outros fatores podem

influenciar, inclusive os relacionados a momentos anteriores ao ingresso no ensino superior, e que podem continuar ocorrendo durante o período universitário, reforçando a necessidade de atenção com esses alunos. Por outro lado, a identificação com o perfil do curso e o desejo de permanecer no mesmo são aspectos positivos na adaptação ao ambiente acadêmico.

Estes dados sugerem a necessidade de mais investigações sobre a ocorrência e relação que os transtornos mentais estabelecem com os estudantes de Terapia Ocupacional, incluindo estudos longitudinais e outras metodologias. Aponta-se ainda a necessidade de ações para promoção da saúde mental voltadas a esse público, tendo em vista que o sofrimento mental pode influenciar negativamente o desempenho acadêmico e a formação dos alunos de Terapia Ocupacional.

REFERÊNCIAS

- AGUDO, V. R. C. *A transição para a idade adulta e os seus marcos: que efeito na sintomatologia depressiva?* 2008. 66p. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- ARANTES, A.P. *Qualidade de vida e transtorno mental comum em graduadas de ciências da saúde.* 2018. 50p. Dissertação (Mestrado em Atenção a Saúde) Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Uberaba.
- AVANCI, J. Q. et al. Fatores Associados aos Problemas de Saúde Mental em Adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 23, n. 3, p. 287-294, 2007.
- BARBOSA, A. S. J. *Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e fatores associados em estudantes de Medicina da UFBA.* 2016. 76p. Monografia (Graduação em Medicina) Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.* Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.
- BORGES, L. H; MEDRADO, M. A. Transtornos mentais menores entre trabalhadores de uma usina siderúrgica. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 21, n. 77, p. 7-18, 1993.
- CASTRO, S. O. C. et al. A Política De Cotas Sociais Para O Acesso Ao Ensino Superior: O Caso Das Universidades Federais Mineiras. *Revista Gestão Universitária da América Latina*, v. 10, n. 1, p. 256–279, 2017.
- CAVESTRO, J. M.; ROCHA, F. L. Prevalência de depressão entre estudantes universitários. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 55, n. 4, p. 264–267, 2006.
- CARLETO, C. T; MOURA, R. C. D; SANTOS, V. S; PEDROSA, L. A. K. Adaptação à universidade e transtornos mentais comuns em graduandos de enfermagem. *Revista eletrônica de Enfermagem*, v. 20, n. 20, p. 1–11, 2018.
- CARVALHO, J.J. Identificação de autoestima em estudantes de Terapia Ocupacional. 2018. P. 38. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Terapia Ocupacional). Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia, Brasília.

- CONSTANTINIDIS, T.C; MATSUKURA, T.S. Saúde mental de estudantes de terapia ocupacional: revisão de escopo. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, v. 29, 3. 2139, p. 1-20, 2021.
- FELICETTI, V. L.; CABRERA, A. F. Resultados da Educação Superior: o ProUni em Foco. *Avaliação, Campinas; Sorocaba*, v. 22, n. 3, p. 871–893, 2017.
- FIOROTTI, K. P. et al. Transtornos mentais comuns entre os estudantes do curso de medicina: prevalência e fatores associados. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 59, n. 1, p. 17-23, 2010.
- FONAPRECE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *Perfil Socioeconômico e cultural de estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior*. Brasília: FONAPRACE, 88P. 2004.
- Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). (2011). *Perfil socioeconômico e cultural dos Estudantes de graduação das universidades Brasileiras*. Brasília, DF: FONAPRACE.
- GOMES, C.F.M. et al. Transtornos mentais comuns em estudantes universitários: abordagem epidemiológica sobre vulnerabilidades. *Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.*, v. 16, n.1, p. 1-8, 2020.
- KASPPER, L. S; SCHERMANN, L. B. Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados em usuárias de um Centro de Referência de Assistência Social de Canoas/RS. *Aletheia*, v. 45, n. 4, p. 168-176, 2014.
- MENIN, M. S. S. et al. Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: confronto de valores. *Educação e pesquisa*, v, 34, n.2, p. 255-272, 2008.
- MONTEIRO-MARIN, J. et al. Burnout syndrome among dental students: a short version of the “Burnout Clinical Subtype Questionnaire” adapted for students (BCSQ-12-SS). *BMC Medical Education*. v. 103, n. 11, p. 1-11, 2011.
- OLIVEIRA, J. H. Sociologia, juventude e educação: dilemas, problemas e desafios. *Revista Movimentação*, v. 3, n. 4, p. 173–188, 2016.
- OLIVEIRA, R. E. C. *Vivências acadêmicas: interferências na adaptação, permanência e desempenho de graduandos de cursos de engenharia de uma instituição pública federal*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia da educação: processos educativos e desenvolvimento humano) Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília.
- OLMO, N. R. S. et al. Percepção dos estudantes de medicina do primeiro e sexto anos quanto à qualidade de vida. *Revista Diagnóstico e tratamento*, v. 17, n. 4, p. 157–161, 2012.
- PINHO, A. P. M; TUPINAMBÁ, A. C. R; BASTOS, A. V. B. O desenvolvimento de umas escala de transição e adaptação acadêmica. *Revista de Psicologia*, v.7 n.1, p. 51-64, 2016.
- PORCIÚNCULA, E. R. C. G. *SONO E VIDA ACADÊMICA: implicações no cotidiano dos discentes*. 2015. 76p. Monografia (Graduação em Terapia Ocupacional) Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa.
- PORTO, A. M. S.; SOARES, A. B. Diferenças entre expectativas e adaptação acadêmica de universitários de diversas áreas do conhecimento. *Análise Psicológica*, v. 35, n. 1, p. 13–24, 2017.
- RAIMUNDO, J.Z; ECHEIMBERG, J.O; LEONE, C. Tópicos de metodologia de pesquisa: Estudos de corte transversal. *Journal of Human Growth and Development*, v.28, n. 3, p. 356-360, 2018.
- SAMSSUDIN, S; BARROS, A. Relação entre as cranças de auto-eficácia e o apoio social na transição para o mercado de trabalho em estudantes finalistas do ensino superior. *Psicologia*, v. 25, n. 1, p. 159-171, 2011.

SANCHES, B. P.; SILVA, N. R.; SILVA, M. L. Avaliação do estresse em estudantes concluintes de terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 26, n. 1, p. 153–161, 2018.

SANTOS, K. O. B. et al. Avaliação de um instrumento de mensuração de morbidade psíquica: estudo de validação do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20). *Revista Baiana de Saúde Pública Miolo*, v. 34, n. 3, p. 544-560, 2010.

SANTOS, L. S. et al. Qualidade de vida e Transtornos Mentais Comuns em estudantes de Medicina. *Cogitare Enfermagem*, v. 22, n. 4, 2017.

SANTOS, G. DOS; FREITAS, L. O. Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão. *Argumentum*, v. 6, n. 2, p. 182–200, 2014.

SILVA, A. S.; CERQUEIRA, A. T. A. R.; LIMA, M. C. P. Apoio social e transtorno mental comum entre estudantes de Medicina. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 17, n. 1, 2014.

SILVA, B. A. H. Perfil dos estudantes de Terapia Ocupacional: mapeamento motivações e interesse na graduação. 2018. p31. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Terapia Ocupacional). Universidade de Brasília - Faculdade de Ceilândia, Brasília.

SILVA, R. S.; COSTA, L. A. Prevalência de Transtorno Mental Comum entre estudantes universitários área de saúde. *Encontro: Revista de Psicologia*, v. 15, n. 23, p. 105–112, 2012.

SOUZA, L.S. et al. Prevalência de Transtornos Mentais Comuns em adultos no contexto da Atenção Primária à Saúde. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, s/v, n.18, p. 59-66, 2017.

SILVA, P.L.B.C. et al. Transtorno mental comum entre estudantes de enfermagem e fatores envolvidos. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, v. 9, p. 1-7, 2019.

TOMAZ, C. J.; ROCHA, M. A. V.; FERNANDES, R. DE A. U. Juventude, identidade, educação e práticas de consumo pelos jovens. *Revista Brasileira de Economia Doméstica*, v. 28, n. 1, p. 61–78, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e extensão – CCEPE. Resolução Nº 06/2014. *Regulamenta, no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco, o regime especial de exercícios domiciliares previsto no Decreto-Lei nº 1.044/69 e na Lei nº 6.202/75 para os estudantes portadores de afecções que impeçam sua frequência às aulas e para as estudantes em estado de gestação*. Recife, 2014. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents/39134/0/Res+n%C2%BA+06-2014+-+Acompanhamento+Especial.pdf/bd7d3e7a-74b8-4d0a-af76-5475fc57580c>>. Acesso em: 28 junho 2018.

Recebido em: 20/11/2021

Aprovado em: 10/12/2021

Publicado em: 14/12/2021